

A campanha para 1995

Na verdade, havia uma mal dissimulada cumplicidade no Congresso. Os presidentes da Câmara e do Senado, Inocêncio Oliveira e Humberto Lucena, se esconderam nesse dia. A sessão do Congresso foi presidida pelo senador Wilson Campos, que voltou à política pelo voto popular depois de ter sido dela enxotado pela ditadura militar na década de 70, sob acusação de tentativa de extorsão de um industrial em Pernambuco. Foi cassado pelo AI-5 porque o Senado negou autorização para que fosse processado.

Os presidentes das duas Casas ficaram culpando um ao outro. Inocêncio diz que a responsabilidade total pela elaboração da pauta em sessão do Congresso é do presidente do Senado. Mas, se quiser exercer o seu poder político, o presidente da Câmara retira o que quiser da pauta de votação do Congresso. Inocêncio não fez isso porque já está em campanha para se reeleger presidente da Câmara em 1995.

Como sabia de tudo isso, o governo poderia ter-se acautelado melhor. Agora, para acalmar as legiões romanas, o presidente Itamar radicaliza. Anuncia que se sentará em cima do cofre e não pagará os aumentos privilegiados concedidos pela Câmara e pelo Supremo Tribunal Federal. Esta hipótese tinha sido levantada por um amigo ao general-ministro Romildo Canhim na sexta-feira, diante de um prato de bacalhau e um copo de cerveja, num restaurante do Clube do Banco Central, no Lago Sul, em Brasília.

Canhim considerava-a, então, de difícil aplicação. Por dois motivos. Primeiro, pela formação parlamentar do presidente Itamar, que sempre demonstrou muito respeito pelas decisões do Congresso e do Judiciário. Segundo, pelo risco de quebra da normalidade constitucional e democrática. Ao adotá-la, o presidente se antecipa a ameaças de indisciplina nos quartéis e força uma negociação política entre os Três Poderes.